



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FUNDAMENTAIS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

RILDO DE OLIVEIRA FERNANDES

**DEFICIÊNCIA VISUAL E INCLUSÃO NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR
EM CAMPINA GRANDE/PB.**

AREIA-PB

JULHO/2017

RILDO DE OLIVEIRA FERNANDES

**DEFICIÊNCIA VISUAL E INCLUSÃO NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR
EM CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para obtenção
do título de Licenciado em Ciências
Biológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger

AREIA-PB

2017

Ficha Catalográfica Elaborada na Seção de Processos Técnicos da

Biblioteca Setorial do CCA, UFPB, campus II, Areia - PB

F363d Fernandes, Rildo de Oliveira.

Deficiência visual e inclusão na Escola de Ensino Regular em Campina Grande-PB
/ Rildo de Oliveira Fernandes. - Areia: UFPB/CCA, 2017.

34 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Centro de
Ciências Agrárias. Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2017.

Bibliografia.

Orientadora: Ana Cristina Silva Daxenberger.

RILDO DE OLIVEIRA FERNANDES

**DEFICIÊNCIA VISUAL E INCLUSÃO NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR
EM CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas.

APROVADO EM 24 DE JULHO 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger

Orientadora – DCFS/CCA/UFPB

Prof. Dra. Andreia de Sousa Guimarães

Examinadora – DCFS/CCA/UFPB

Prof. Dr. Abraão Ribeiro Barbosa

Examinador – DCV/CCA/UFPB

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus por me dar a oportunidade de concluir mais uma etapa da minha vida.

A minha querida esposa pelo carinho e compreensão nas horas que estive distante.

A todos os meus familiares Pai, Mãe e Irmãos pelo companheirismo e apoio nas horas difíceis.

Agradeço imensamente a minha orientadora pela dedicação, estímulos e ensinamentos recebidos.

Aos professores do curso de graduação por toda dedicação, companheirismo e ensinamentos durante todo o curso.

A todos os amigos e amigas que conquistei durante esse período que estudamos juntos apoiando um ao outro nas horas de dificuldades e também nas horas de descontração.

DEFICIÊNCIA VISUAL E INCLUSÃO NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR EM CAMPINA GRANDE/PB

RESUMO

O presente trabalho tem como direcionamento conhecer as conquistas e dificuldades encontradas durante o processo de inclusão e escolarização de pessoas com deficiência visual, analisando as concepções sobre o processo de ensino/aprendizagem e as adaptações curriculares feitas pela escola regular. Considerando isto, nosso trabalho tem como tema a educação de pessoas com deficiência visual (cegas) buscando-se analisar o processo de inclusão escolar destes, em uma escola estadual na cidade de Campina Grande-PB. Pretende-se também examinar a realidade da inclusão destas pessoas na escola, verificando como vem sendo implantado o processo de inclusão escolar destes sujeitos no cotidiano escolar. A pesquisa foi realizada por meio de questionário aplicado para 3 alunos deficientes visuais, 3 gestores e 8 professores da escola pesquisada. Os dados nos permite afirmar que se faz necessário modificar a forma de pensar e de fazer educação nas salas de aula regulares, de planejar o ensino, de desenvolver e aprimorar a formação do educador e adaptar o ambiente escolar.

Palavras Chave: Deficiência Visual. Adaptações Curriculares. Inclusão Escolar.

ABSTRACT

The present work aims to know the achievements and difficulties encountered during the process of inclusion and schooling of people with visual impairment, analyzing the conceptions about the teaching process and the curricular adaptations. In view of this context, our work has as its theme the education of people with visual impairment (blind), seeking to analyze the process of their inclusion in a state school in the city of Campina Grande-PB. It is also intended to examine the reality of the inclusion of these people in the mentioned school verifying how the process of inclusion of these subjects in the same school has been implemented. The theme is relevant since it is necessary to modify the way of thinking and doing education in classrooms, to plan teaching, to develop and improve the educator and the school environment.

Keywords: Visual Impairment. Curricular adaptations. School inclusion.

DEFICIÊNCIA VISUAL E INCLUSÃO NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR EM CAMPINA GRANDE/PB

Rildo de Oliveira Fernandes

Ana Cristina Silva Daxenberger (orientadora)

INTRODUÇÃO

Atualmente a educação tem um grande desafio: transformar a exclusão em inclusão; para que os alunos sem ou com necessidades especiais possam ter direito à educação na sua totalidade. É imprescindível que a escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças e tornar possível a igualdade de oportunidades para todos. Na educação inclusiva, a proposta é que não se retire a criança ou o adolescente com necessidades especiais da classe comum e que, além disso, receba um atendimento elaborado, ou seja, de acordo com suas necessidades e realidade.

Considerando os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, as quais se baseiam numa concepção de educação de boa qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos; é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, atendendo às necessidades educacionais de todos os alunos, com ou sem deficiência. Infelizmente, a falta de estrutura das escolas e o despreparo dos professores figuram entre os obstáculos mais citados para educação inclusiva.

É um grande desafio fazer com que a inclusão ocorra sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço da aprendizagem de todos, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com ou sem necessidades educacionais especiais. .

Diante desse contexto, nosso trabalho tem como tema a educação de pessoas com deficiência visual (cegas), buscando-se analisar o processo de inclusão escolar destes, em uma escola estadual na cidade de Campina Grande-PB. Pretende-se também examinar a realidade da inclusão destas pessoas na escola pesquisada, verificando como vem sendo implantado o processo de inclusão escolar destes sujeitos na mesma. O tema é relevante visto que se faz necessário modificar a forma de pensar e de fazer educação

nas salas de aula, de planejar o ensino, de desenvolver e aprimorar o educador e o ambiente escolar. Com isso, pretendemos identificar as principais dificuldades encontradas pelos professores para se trabalhar com os alunos deficientes visuais; averiguar se o professor usa metodologia diferenciada em sala de aula com os alunos com deficiência visual, investigar junto aos professores, gestores, alunos e demais funcionários se o espaço físico da escola está adaptado para atender as necessidades destes alunos e verificar se os professores da escola se encontram capacitados para atender alunos com deficiência visual.

A escolha do tema decorreu da necessidade em analisar como a inclusão escolar está sendo praticada nas escolas de ensino regular, em especial, na escola escolhida para executar a pesquisa, uma vez que a lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional de 9.394/96 determina a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Nesse sentido, a escola inclusiva deve ofertar condições para que todas as pessoas possam ser incluídas na escola, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam apresentar. Com isso, as escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando uma educação de boa qualidade a todos mediante a um currículo apropriado e estratégias de ensino que atendam a aprendizagem de todos.

O tema escolhido também se reveste de grande importância pelo fato de que a inclusão se constitui como um tema relativamente recente na realidade educacional brasileira, gerando inúmeros confrontos entre educadores e especialistas no que se refere às pessoas com deficiências. Vale ressaltar ainda, que discutir inclusão, segundo alguns autores (BUENO, 2001) que fundamentaram esse estudo, significa romper com paradigmas sociais excludentes, possibilitando conhecer novas concepções acerca do deficiente, o qual deixa de ser considerado como um indivíduo limitado para se constituir em um sujeito capaz de superar limites, antes desacreditados pela sociedade.

Assim, espera-se que este estudo ponha em evidência dados referentes à complexidade do tema inclusão e para auxiliar no desenvolvimento das competências necessárias ao atendimento dos educandos com deficiência visual, contribuindo assim, com o trabalho dos profissionais da escola investigada a fim de que o projeto de inclusão escolar seja uma realidade e não apenas dados estatísticos.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Compreender o processo de Inclusão e o cotidiano de alunos com deficiência visual em uma escola Estadual de Ensino regular na cidade de Campina Grande-PB.

Objetivos específicos:

- Compreender como se dá a relação de interação desses alunos deficientes visuais e seus colegas de classe.
- Analisar as dificuldades encontradas pelos gestores e professores para desenvolver suas aulas e desenvolver o processo de inclusão em sala de aula.
- Analisar qual é a percepção dos alunos em relação aos professores com deficiência visual e opinião dos mesmos a respeito da inclusão escolar.
- Compreender o que o aluno com deficiência visual matriculado na escola de ensino regular, pensa e sente em relação à inclusão escolar.
- Investigar se há, no ambiente escolar, questões de preconceito em relação à presença de alunos com deficiência visual e como os mesmos se manifestam a respeito.

A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO DE TODOS

A educação como um direito de todas as pessoas é um fator essencial para formação humana e social do indivíduo e está garantido por lei. A Constituição Federal Brasileira, de 1988, estabelece no seu art. 205, que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A tarefa de discutir os princípios da universalidade na constituição das políticas públicas educacionais tem como objetivo compreender os fundamentos das estratégias elaboradas pelo Estado. A educação, nesse contexto é compreendida como um direito social imprescindível para o desenvolvimento do ser humano e elemento fundamental para aquisição de outros direitos. (BRASIL, 1988).

A concepção da universalidade do direito à educação requer que façamos uma referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada no ano de 1948 pela ONU (Organizações das Nações Unidas) em seu art.26, que determina que toda pessoa tem direito à educação e que esta deverá ser gratuita e obrigatória. Acrescenta ainda que a educação deverá ser orientada sob os princípios do pleno desenvolvimento da personalidade humana, por meio da promoção da compreensão, da tolerância e da amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, em prol da manutenção da paz. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

A normatização da Declaração dos Direitos Humanos (1948) consiste em uma das articulações políticas mais importantes do mundo, tanto por reforçar a dignidade humana e o princípio da universalidade, quanto por oferecer um conjunto de referenciais que orientam para evolução da organização da sociedade. Esse documento passa a constituir uma fonte inspiradora com um elemento de sustentação da educação como um fator constituinte do processo de democratização da sociedade.

Contudo vivemos em uma época em que busca a aceitação e o respeito ao ser “diferente”. Todavia, nem sempre identificamos que é possível viver essa diferença e isto é percebido no momento em que a sociedade discrimina pessoas em razão de suas características individuais, sejam elas: físicas, culturais ou sociais. Este comportamento

discriminatório foge do modelo de educação inclusiva, a qual todos fazem parte da sociedade e tem algo a contribuir, sendo assim, deve, ser proibida as práticas discriminatórias no ambiente escolar e sociedade, para que se garanta a igualdade de oportunidades iguais para todos. O movimento em favor da inclusão tem como base a igualdade de oportunidade em todo o sistema social inclusive da educação. Isso significa que todos os alunos têm direito de frequentar a escola regular de ensino onde toda diversidade deve ser valorizada, e a construção de aprendizagem deve ser oferecida a todos, no mesmo espaço escolar com as mesmas oportunidades.

Nos últimos anos as políticas com relação à educação brasileira passaram por diversas mudanças com o intuito de melhorar a educação dos alunos com necessidades especiais. Um dos objetivos da Declaração de Salamanca proclamada na conferência, em Salamanca, na Espanha no ano de 1994, era a promoção da educação para todos. As discursões realizadas deram início às mudanças na educação fazendo com que a educação inclusiva se tornasse presente no meio educacional, até hoje. Além de contribuir para a criação de leis e decretos de maneira a melhorar o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, possibilitando a todas as pessoas que apresentem qualquer tipo de deficiência e de qualquer natureza o direito de frequentar a escola regular de ensino.

A Constituição Brasileira, no ano de 1998, no seu artigo 208, fica evidente que “é dever do Estado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” não permitindo qualquer forma de exclusão seja no meio educacional ou na sociedade como um todo. No artigo 3º, inciso IV, descreve que toda pessoa tem direito à cidadania e à dignidade, sem discriminação de: raça, idade, sexo, com ou qualquer outra forma de preconceito. Na década de 1990 a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN - nº 9.394/96), com base na Declaração de Salamanca (1994) fundamentou a educação de necessidades especiais (NEE), em que os mesmos passam a ter “o direito assegurado de matrícula, em estabelecimento de ensino regular, sem discriminação, com o objetivo de integrar todos os níveis e graus de ensino”.

A Lei Orgânica do Distrito Federal no artigo nº223 relata: “O Poder Público deve garantir o atendimento em creche às crianças com deficiência, oferecendo recursos e serviços especializados da educação e reabilitação”. Já o artigo 229 descreve que cabe

ao Poder Público: “assegurar a especialização de profissionais do magistério para a pré-escola e para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, incluída a formação de docentes para atuar na educação de portadores de deficiência e de superdotados na forma da lei”, (DISTRITO FEDERAL, 1993, p. 88).

Em 1990, no contexto das políticas públicas brasileiras, é publicada a Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa lei, que trata da garantia da proteção integral à criança e ao adolescente, afirma os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (art. 3º) e protege as crianças e os adolescentes contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 5º). Em seu art. 11, parágrafos 1º e 2º, afirma que “A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento educacional especializado”: e que “incumbe ao poder público fornecer gratuitamente aqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação e reabilitação” O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 1990, representa um documento de extrema importância no combate às violações dos direitos humanos no país, contribuindo assim para a superação dos desafios tanto no que se refere ao direito à educação, quanto à proteção dos direitos humanos em sua amplitude.

Essas garantias constitucionais previstas na Constituição e nas legislações brasileira são sem dúvida um grande passo para o processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais tanto no meio educacional como no social. Contudo as dificuldades para se materializar a inclusão é evidente quando vemos de perto a realidade das escolas que sem recursos necessários e sem qualificação dos profissionais precisam garantir um mínimo de dignidade de atendimento aos alunos. Dessa forma, as políticas de inclusão devem considerar as deficiências como categorias políticas na promoção da igualdade, da participação e da autonomia dos sujeitos com necessidades especiais.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ADAPTADO PARA DEFICIENTES VISUAIS: PCNS AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e suas adaptações curriculares têm como objetivo a inclusão dos alunos com necessidades especiais da rede regular de ensino buscando assim o desenvolvimento de uma escola aberta, onde se possam atender as necessidades de todos, contribuindo dessa forma na formação de uma sociedade mais respeitosa à diversidade. Com essas adaptações pretende-se assegurar a esses indivíduos o direito à educação, possibilitando assim, a inserção dos mesmos nas dinâmicas do ensino regular. Situação esta que assegura na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no capítulo V. A, Lei Nº 9.394, de seu Art. 58 “entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Essa foi uma conquista de extrema importância não só para as pessoas com necessidades especiais, mas para educação como um todo dando aqueles que foram, por muito tempo, excluídos socialmente a oportunidade de inclusão social.

De acordo com as necessidades especiais dos alunos com deficiência visual (DV), as adaptações curriculares é um fator de extrema importância no processo de ensino e aprendizagem desses alunos. Segundo Carvalho (1999,p. 52):

“As necessidades especiais que alguns alunos possam apresentar devem ser atendidas por meio do currículo regular, de maneira adaptada ou não.”

E, ainda Carvalho afirma:

“Se entendermos o currículo como o conjunto de ações que as escolas formaliza em consonância com o projeto pedagógico, o processo educativo assim norteado é o mesmo para todos os alunos, com a devida atenção as diferenças individuais, inclusive as diferenças mais acentuadas que se podem observar em alguns alunos em relação aos demais.” (CARVALHO, 1999, p-52).

Com isso devemos entender as adaptações curriculares não como um conjunto de ações específicas voltado para atender as necessidades dos alunos com necessidades especiais, mas como um conjunto de ações que faz com que esses alunos se sintam parte

integrante do espaço escolar sentindo-se assim incluídos como pessoas sujeitos de direitos que apesar das diferenças são capazes de aprender e desenvolver suas habilidades e competências.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais– Adaptações Curriculares (1998), há necessidade de entendermos o currículo como um conjunto de vivências, conhecimentos e saberes flexível e participativo, que possam ser resultantes da vivência humana e atenta às expectativas socioculturais do público com o qual a escola está trabalhando (CARVALHO, 1998).

Ao delinear um currículo para o sujeito com n.e.e, em que o foco é o desenvolvimento das habilidades mais relevantes da vida diária do aluno, de forma a possibilitar que ele participe tão independentemente quanto possível na sua comunidade, devemos levar em conta alguns aspectos como: funcionalidade; adequação à idade cronológica; ambientes naturais; participação dos pais no processo educacional; interações com pares não-deficientes; cooperação entre educandos. Sendo assim, a escola pode agregar valor ao currículo escolar regular associando-se ao currículo funcional, o qual compreendemos por ser aquele que facilita o desenvolvimento de habilidades essenciais, a participação em uma grande variedade de ambientes integrados.

As habilidades funcionais serão aquelas frequentemente exigidas nos ambientes domésticos e na comunidade. Para determinar se uma atividade curricular é funcional ou não, o professor deve se perguntar: caso o aluno não aprenda a desempenhar esta atividade, alguém terá que fazer isto para ele? Se a resposta for sim, a atividade muito provavelmente será funcional. Sendo assim, ao se pensarmos em um currículo para estudantes, com necessidades educacionais especiais, precisando associar a educação especial, a qual favorecerá na aquisição do currículo funcional e a escola regular que se responsabilizará pelo currículo regular.

Na escola regular, o currículo adaptado pode ser caracterizado em dois aspectos: **não significativas**, que são modificações menores no currículo (professor é capaz e é responsável de fazê-las); e as **significativas**, que modifica significativamente o currículo – envolve a escola além do professor. Exemplo: mudança de critério de promoção e temporalidade (aumento do tempo de permanência do aluno na mesma série). (BRASIL, 1998).

Essas adaptações, no âmbito escolar, podem ser feitas em diferentes categorias: organizativas; objetivos e conteúdos; Avaliação; Metodologias e Procedimentos; temporalidade; de acesso ao currículo (materiais, recursos, espaço físico etc.). (BRASIL, 1998).

Entendemos por adaptações organizativas a forma de organização que o professor deve preparar a sala de aula para receber um educando com NEE, por exemplo, a organização do material físico como cadeiras, mesas e/ou materiais. Em se tratando de aluno com DV, há a necessidade de explicar para ele a disposição dos móveis e materiais e não ficar modificando estes equipamentos e mobiliários para evitar acidentes.

Quanto aos objetivos e conteúdo, devemos entender que é necessário a seleção, priorização e sequenciamento de áreas ou unidades de conteúdos que garantam funcionalidade e sejam essenciais e instrumentais para as aprendizagens posteriores; seleção, inclusão e priorização de objetivos; eliminação e ao acréscimo de conteúdos, quando for necessário.

Sobre as adaptações de caráter avaliação, entendemos aquelas que são necessárias de acordo com as necessidades educacionais dos educandos, ou seja, não há como fazer uma prova escrita para aluno cego que usa *Braille* para ler e escrever. Para este devemos utilizar instrumentos de avaliação que atendam a necessidade tátil do educando. Alternando-se quando necessário os critérios, os procedimentos as técnicas e os instrumentos adotados para avaliar o aluno; assim como também pode ser utilizado a variação, mas critérios de promoção se o aluno apresentar deficiência intelectual ou outra necessidades especial. (BRASIL, 1998).

Em relação às adaptações de metodologia, entendemos, segundo os PCNs-Adaptações Curriculares, as alterações nos métodos adotados para o ensino dos conteúdos curriculares; a introdução de atividades complementares ou alternativas, além das planejadas para a turma; a alteração do nível de abstração e de complexidade das atividades, oferecendo recursos de apoio; a seleção de materiais e sua adaptação.

E, finalmente, e não menos importante, a adaptação de acesso ao currículo (recurso e materiais), em que entendemos que são as adaptações que podem ser: mobiliários adequados; equipamentos específicos; recursos materiais adaptados; formas

alternativas e ampliadas de comunicação; modalidades variadas de apoio para participar das atividades escolares; promoção de situações educacionais diferenciadas; recursos humanos especializados ou de apoio; adaptação espacial. (BRASIL, 1998).

Para que estas adaptações se tornem adequadas às realidades dos educandos em NEE, devemos saber quem é nosso educando; como ele aprende; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno. Considerando isto, podemos assumir um papel social e profissional que respeita as diferenças, a diversidade e se preocupa com a aprendizagem de todos.

Baseados nestes princípios, é que analisaremos como está sendo a inclusão de educandos com DV na escola regular, na cidade de Campina Grande/PB.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa em questão se caracteriza como um estudo de natureza descritiva de cunho exploratório e de caráter qualitativo.

“As pesquisas descritivas tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, estabelecimentos de relações variáveis”. “São inúmeros os estudos que podem ser qualificados sobre este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionários e observação sistemática”. (GIL, 2002, p.42.)

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede estadual de ensino localizada na cidade de Campina Grande-PB. Primeiramente foi feito um pedido de autorização à direção da escola logo após este procedimento foi dado início a primeira etapa do trabalho com a realização da entrega de um questionário que foi aplicado aos participantes. Em seguida foi feito um levantamento dos alunos deficientes visuais matriculados e de todos os professores da escola em questão. Com esses dados foi possível selecionar professores e alunos para fazer parte da pesquisa.

Para entrar em contato com os alunos deficientes visuais que participaram desta pesquisa, foi necessária a participação da professora responsável pelo grupo de apoio aos deficientes visuais da escola, de forma a explicar o objetivo do trabalho para depois entrarmos em contato com os alunos com os quais iríamos dialogar do decorrer da

pesquisa. Houve por parte desta professora bastante empenho em colaborar com o estudo em questão, propondo de imediato uma reunião para conhecermos os alunos deficientes visuais e informarmos do interesse de entrevistá-los. Ao entrarmos em contato direto com os alunos deficientes visuais através de uma reunião com os mesmos dialogamos com eles sobre a proposta e o objetivo da nossa pesquisa e apesar do interesse desses alunos em contribuir com o estudo em questão foi feita uma seleção para escolhermos alguns desses alunos (proposta dada pela professora que coordena o centro de apoio a esses estudantes). Pois, segundo ela a maioria desses jovens tinha entre 10 a 16 anos e precisaria da autorização dos pais para participarem da pesquisa.

Dentre os 22 alunos deficientes visuais da escola, escolhemos 10 e ligamos para os pais e responsáveis dos mesmos e apenas três nos permitiram entrevistar seus filhos. Na sequência foram agendadas as entrevistas com os professores e alunos selecionados assim também como os gestores da escola sendo esses encontros realizados no final do mês de novembro e início de dezembro de 2016 na própria escola.

Para realização dessas entrevistas foram elaborados três tipos de questionários sendo um para os professores, um para os gestores e outro para os alunos portadores de deficiência visual (DV). Esses questionários foram respondidos de duas formas: os que eram para os 8 professores e os 3 gestores foram respondidos de maneira descritiva onde os mesmos receberam as folhas com as questões responderam e nos devolveram posteriormente; e, os questionários direcionados aos deficientes visuais foram respondidos de maneira oral, para o qual usamos um aparelho celular para gravar as perguntas e respostas dadas pelos 3 alunos e depois fizemos a transcrição das mesmas para o computador de forma a facilitar não só a pesquisa como também para os alunos entrevistados. Sendo assim, o questionário respondido pelos alunos com DV, se tornou um roteiro de entrevista feita pelo pesquisador.

A pedido dos próprios participantes da pesquisa os nomes dos mesmos foram preservados e identificados da seguinte forma: PR para os professores, GE para os gestores e ADV-1, ADV-2, ADV-3 para identificar os alunos com deficiência visual participantes da pesquisa.

Dessa maneira sentimos a necessidade de se criar um quadro de identificação dos participantes com informações necessárias para entendermos o perfil dos profissionais da instituição em questão e dos alunos que fazem parte da mesma.

Quadro 1-Perfil dos Profissionais

| Participante | Formação Profissional | Função | Tempo de Magistério |
|--------------|----------------------------------|----------------|---------------------|
| GE-1 | Licenciatura em Educação Física. | Gestor | 31 anos |
| GE_2 | Licenciatura em Matemática. | Gestor Adjunto | 25 anos |
| GE-3 | Licenciatura em Pedagogia. | Gestor Adjunto | 22 anos |
| PR-1 | Licenciatura em História. | Professor (a) | 30 anos |
| PR-2 | Licenciatura em História. | Professor (a) | 25 anos |
| PR-3 | Licenciatura em Geografia. | Professor (a) | 25 anos |
| PR-4 | Licenciatura em Letras. | Professor (a) | 5 anos |
| PR-5 | Licenciatura em Matemática. | Professor (a) | 28 anos |
| PR-6 | Licenciatura em História | Professor (a) | 28 anos |
| PR-7 | Licenciatura em Letras (Inglês). | Professor (a) | 9 anos |
| PR-8 | Licenciatura em História. | Professor (a) | 4 anos |

Pelos dados coletados, podemos constatar que a equipe de professores da escola pesquisada tem um corpo docente com grande experiência profissional (acima de dez anos de docência), sendo apenas 3 professores com menos de dez anos de experiência. Todos tem formação academia e entendemos que deveria ter tido formação sobre alunos com NEE, e se não tiveram formação inicial nessa área de estudos, pelo tempo de experiência, pressupomos que teriam tido formação continuada sobre as questões de inclusão social e escolar e poderiam estudar sobre as necessidades especiais.

Quadro 2-Alunos com Deficiência Visual (DV).

| Participante | Sexo | Idade | Causa da Deficiência Visual |
|--------------|-----------|---------|-----------------------------|
| ADV-1 | Masculino | 16 anos | anofthalmia |
| ADV-2 | Masculino | 16 anos | anofthalmia |
| ADV-3 | Feminino | 16 anos | anofthalmia |

*Anoftalmia: É o termo médico para a ausência de um ou ambos os olhos. Tanto o globo (olho humano) e o tecido ocular estão em falta a partir da órbita. No caso dos educandos em questão apresentam perda total da visão.

Todos os educandos participantes apresentam deficiência visual total, o que exige que os professores façam adaptações curriculares, com recursos e metodologias que apresentem materiais táteis e linguagem verbal adequada descritiva sobre o objetivo em estudo.

ANALISANDO A EDUCAÇÃO PARA DEFICIENTES VISUAIS NA ESCOLA REGULAR.

O papel social da escola é essencial para a formação do sujeito e para a eliminação da discriminação e superação das desigualdades sociais. E ao se pensar na educação de pessoas com DV, a escola deve assumir a responsabilidade sobre o acesso ao currículo e as adaptações necessárias para que o educando com DV possa aprender e desenvolver suas habilidades e competências. E ao analisarmos a qualidade do trabalho oferecido pela instituição, na qual desenvolvemos nossa pesquisa, constatamos alguns desafios a serem enfrentados. Para o desenvolvimento da inclusão de educandos com DV no âmbito escolar foi possível verificar que apesar das diferenças que são construídas num sistema de representação, no qual se apresentam diversos discursos os depoimentos dos profissionais e alunos são de extrema importância verificar as vozes acerca do processo de inclusão nas escolas da rede regular de ensino. Diante disso, apresentamos os dados em temáticas de debate: a inclusão da pessoa com DV.

A inclusão escolar quebrou paradigmas e preconceitos, pois colocou, no mesmo espaço pessoas com suas particularidades e diferenças individuais. Podemos citar como exemplo o aluno com deficiência que frequentava apenas escolas especializadas. Sem dúvida, é um processo inovador e de conquistas para convivência em um mundo com mais igualdades sociais.

A finalidade da escola inclusiva é fornecer condições de desenvolvimento do aluno, em que ele tenha a oportunidade de aprender e de conviver de forma igualitária com outras crianças. Com isso, concordamos com a declaração de Salamanca (1994) quando deixa claro que para existir a inclusão é preciso começar pelos meios educacionais.

“faz-se necessário que as escolas modifiquem suas estruturas para que: [...] elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças [...] assumindo que [...] as diferenças humanas são normais e que a

aprendizagem deve se adaptar as necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança a assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem”. (BRASIL, 1994a, p.4).

Com isso percebemos que a escola regular de ensino é o espaço ideal para iniciar um processo de inclusão social, pautado no respeito às diferenças, mas é preciso mudança em todo contexto educacional regular sejam elas nas instalações físicas, habilidades profissionais tais como profissionais especializados para atender os alunos com necessidades especiais. Contudo percebemos que a inclusão deve compreender um atendimento ainda mais amplo do que simplesmente um espaço democrático cabendo ao professor desenvolver as habilidades individuais de cada aluno.

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DV NA VISÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA ESCOLA

Na visão dos gestores escolar, a inclusão escolar não é fácil, mais é possível. Quando questionados como a escola se prepara para assegurar o acesso e a permanência do educando com DV e como a gestão orienta seus professores a lidarem com os alunos que tem deficiência visual, o G-1 afirma que oferece palestras e eventos junto a toda comunidades escolar, trabalhando para que cada dia a escola tenha condição de dar um melhor suporte aos alunos deficientes visuais e ainda complementa afirmando que:

“A melhor maneira que encontramos foi fazer uma parceria com o Instituto dos Cegos que nos orienta e nos dá suporte, pois apesar de todos os esforços ainda não estamos preparados para lher da com a situação e o poder público não nos dá nenhum suporte”. (G-1).

Outra questão posta em discursão foi sobre a estrutura física da escola e se a escola dispõe de recursos materiais para oferecer aos alunos com deficiência visual. De acordo como GE-1 a escola não disponibiliza de nenhum material didático voltado a esses alunos o único apoio que a escola encontra é do Instituto dos Cegos que imprimi em *braille* as atividades e avaliações passadas pelos professores.

Como se pode observar, o processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais (NEE) na escola regular de ensino enfrenta varias barreiras. Nesta escola, os aspectos de recursos e eliminação de barreiras arquitetônicas não são tão observadas e atendidas. Apesar de termos uma legislação que regulariza o processo de inclusão

através do Ministério da Educação que assegura as pessoas com deficiência o direito ao acesso e a permanência nas escolas de ensino regular não a investimentos em políticas públicas como a melhoria nas estruturas físicas dessas instituições, investimento em materiais didáticos adaptados a esses alunos e na qualificação dos profissionais da educação dando possibilidades aos gestores e professores de por em prática as competências necessárias para desenvolver um processo inclusivo de qualidade e digno a essas pessoas; não foi o que constatamos nos dados coletados.

Para os professores, da escola estudada, sem essas melhorias supracitadas, fica cada vez mais difícil essa inclusão para a pessoa com DV. Segundo a professora PR-6 “sem um material didático específico e sem uma qualificação adequada o processo de aprendizagem fica comprometido”.

Vale ressaltar que é importante o Poder Público assumir e cumprir o papel de instância crítica e supervisão sobre a estrutura física das instituições educacionais e na qualificação dos profissionais da área de educação. Dessa forma, o Estado deve contribuir na formação de uma escola cidadã que possa formar sujeitos participativos e atuantes na comunidade, e tenham melhorias nas condições de vida.

O ENSINO PARA PESSOAS COM DV

Quando perguntamos sobre os recursos específicos direcionados ao processo escolar de ensino dos alunos com deficiência visual, os participantes assumiram utilizar mapas em alto relevo, atividades em *braille*, ou obras de arte em alto relevo. Todavia, alguns professores da escola pesquisada afirmaram que tais materiais e recursos não são acessíveis, e às vezes os mesmos recebem ajuda do Instituto dos Cegos para a impressão em *braille* de algumas atividades, como provas por exemplo e nem sempre isso acontecia.

Ao questionarmos se os professores haviam recebido algum material adaptado para utilizar em sala de aula com o aluno com deficiência visual, constatamos que todos não tiveram acesso ou não usam recursos adaptados. Assim eles expressam:

“Nada”. “Temos que nos virar como podemos para ministrar os conteúdos aos deficientes”. “Temos o direcionamento para mandar o material para o Instituto dos Cegos passar para *braille*”. (PR-3).

Ao fazermos a mesma pergunta aos educandos com DV sobre os recursos adaptados, os mesmos também afirmaram não ter equipamentos ou material adaptados. Assim eles se expressam:

“Daqui? Não, o que tínhamos eram apenas dois computadores adaptados para nós, mais mesmo assim foram roubados, mas de material fora a isso nenhum”. (DV-1).

Segundo Coimbra (2003), apesar do educando deficiente visual encontra-se inserido no sistema da escola regular, a escola pública ainda não está preparada para assumir uma postura politico-pedagógica favorecedora de sua inclusão escolar e social. Essa consideração é justificada pela inexistência de recursos e atividades pedagógicas adaptadas para esses alunos, também, na escola pesquisada. Essa situação se concretiza pelo atraso e pela falta do material didático voltado a esses alunos que quando chega o conteúdo já foi ensinado.

A falta de material didático adaptado para esses alunos se constitui num problema sério para inclusão dos mesmos, pois dificulta o acompanhamento das aulas por parte desses alunos e quando isso ocorre o processo de ensino e aprendizagem fica mais difícil de ser exercido. Considerando isto, podemos ratificar que os recursos didáticos e as tecnologias de aprendizagem adaptadas a esses alunos são essenciais na vida escolar deles, uma vez que os mesmos podem comprometer com muito mais facilidade o conteúdo e desenvolver melhor seu desempenho no desempenho do educando.

Além da falta de material didático e a falta de capacitação de professores, eles ainda afirmam não se sentirem preparados para lidar com os educandos com necessidades especiais em sala de aula. Todavia, devemos ressaltar que a maioria dos professores tem mais de dez anos de experiência e já poderiam ter buscado formação continuada para se capacitar e buscar alternativas educacionais para atender os educandos com DV e outras necessidades educativas especiais. Em nosso entendimento, ainda há falta de comprometimento profissional em assumir para si as responsabilidades sobre a boa qualidade de ensino mesmo tendo um sistema de ensino um déficit no atendimento ao público. Buscando a superação da vitimização dos professores que não estão capacitados, para exigir a execução de seu papel social; como professor, ele precisa estar em constante transformação que não depende exclusivamente dos sistemas

de ensino. O próprio professor pode buscar conhecimento para melhorar sua prática docente.

Outro fator que dificulta a permanência desses educandos na escola regular é a falta de investimento na estrutura física das escolas, à distância e à dificuldade de locomoção e, a falta de sensibilidades dos colegas de escola e muitas vezes de professores e funcionários.

Os professores tem um papel fundamental na promoção educacional dos alunos com necessidades especiais, cabendo a ele buscar suporte, orientação, adaptar sua metodologia buscando contribuir de forma que o processo de aprendizagem desses alunos seja baseado na busca por uma educação inclusiva, no respeito e na valorização das diferenças. Contudo é de extrema importância ouvir e dar voz ao aluno com deficiência de maneira a contribuir com seu sucesso durante o processo de aprendizagem na escola regular. Através dos depoimentos dos alunos com deficiência visual, é possível conhecer as conquistas e dificuldades encontradas durante sua experiência educacional e analisar suas concepções sobre a escola.

Sobre a importância de estudar em uma escola regular, os alunos com deficiência visual argumentaram que é importante, pois participar das relações de sociabilidade com os outros alunos ditos “normais” demonstra que eles (DV) são capazes de enfrentar a vida cotidiana como qualquer outro, mas esse convívio na opinião dos mesmos pouco acontece. O que se constatou por meio dos dados é que na hora do intervalo, os alunos com DV são levados para a sala onde funciona o centro de apoio permanecendo lá até o fim do mesmo voltando para sala logo depois. Para nós esta situação é a constatação da segregação institucionalizada pela escola, em pleno século XXI.

Quando perguntado sobre a relação dos mesmos com os colegas no âmbito escolar, os alunos DV-2 e DV-1 afirmaram que eles fizeram muitas amizades, mas ainda há preconceito dentro da escola. Assim DV 2 se expressa:

“Fiz muitos amigos aqui, mas sei também que existe um pouco de preconceito da parte deles ou pena sei lá o que se passa na cabeça deles não posso julgar, às vezes, eles falam; (sic) outras nos tratam com indiferença, abençoado aquele amigo que nos ajuda, pois com tudo isso ainda temos alguns colegas que nos orienta” (DV-2).

E o aluno DV-1 completa:

“Pra falar a verdade não acho uma boa relação porque no intervalo não convivemos com os outros no pátio, por exemplo, o convívio que temos é só em sala de aula e quando passamos nos corredores acho que isso não é incluir não acho que essa indiferença que sentimos dos nossos colegas não é culpa deles nem preconceito a própria escola ao separar agente deles no intervalo faz com que esse convívio fique cada vez mais longe como você vai conhecer alguém se você não convive com ele entende” (DV-1).

No relato do aluno DV-2, é possível evidenciar que ele se sente discriminado por parte de seus colegas, deixando a entender que essa convivência não é o que ele esperava. Porém acaba revelando que existe uma dúvida se essa indiferença existe ou não quando fala que “existe da parte deles ou pena sei lá o que se passa na cabeça deles não posso julgar”. Já na visão do DV-1 o mesmo não ver esse preconceito vindo dos colegas e sim de como a escola desenvolve o processo de inclusão desses alunos quando os separa na hora do intervalo para tirá-los o direito de sociabilidade no espaço escolar. Para nos pesquisadores, esta é uma situação de exclusão social, reproduzida pela escola no cotidiano escolar.

Por isso é de extrema importância o desenvolvimento de estratégias para que o aluno com deficiência visual possa utilizar suas formas perceptivas no processo de ensino e aprendizagem superando as dificuldades impostas pela cegueira e através do contato com os colegas visuais, também, construir conhecimentos e desenvolver mecanismos que concretize a inclusão. A prática educativa destinada aos alunos com necessidades especiais demanda muitas revisões por parte dos educadores, tanto de natureza prático-didática, quanto de natureza legal: o direito a inclusão escolar com acesso a um ensino de boa qualidade.

No que diz respeito à importância da relação professor e aluno para o processo de ensino/aprendizagem os alunos DV participantes da pesquisa, estes (DV) afirmaram que é importante, mas isso raramente acontece com significativa relação de ensino/aprendizagem, na qual reconhece o educando com DV capaz de aprender e construir conhecimentos. DV-3 relata:

“A relação é boa, a maioria dos professores nos tratam com respeito só que as explicações deixam a desejar e na hora da prova eles tentam nos ajudar como fossemos os coitadinhos isso me deixa um pouco chateado”. (DV-3).

E o DV 2, complementa, dizendo:

“Eles são carinhosos com agente e tudo mais. Só que eles, às vezes, não têm a sensibilidade de nos perguntarmos como estão as aulas, se estamos entendendo; se não fosse alguns poucos colegas que sentam ao nosso lado para nos orientar não tínhamos como acompanhar as aulas e mesmo assim esses colegas não faz isso a pedido dos professores é por livre e espontânea vontade”. (DV-2).

A atitude desses professores mostra uma visão limitada por parte dos mesmos sobre a capacidade do aluno deficiente visual em realizar atividades, sejam elas em grupo ou individual, colaborando assim para um processo de exclusão na medida em que se parte da premissa que a construção do conhecimento se dá apenas entre “os iguais”. Entendemos que a inclusão deve ser vista pelo educador, como um processo de formação continuada e reflexiva que coloque em xeque sua prática pedagógica; permitindo assim conviver com os diferentes favorecendo assim o processo de reconhecimentos da diversidade e de direitos de todos.

Ao questionarmos os professores sobre a relação professor e aluno em sala de aula os mesmos afirmaram que é uma relação amigável, mas que tem seus problemas como a relação que se da com qualquer outro aluno e ao perguntarmos se o aluno deficiente visual contribui para que as aulas e as atividades alcancem os seus respectivos objetivos o professor PR-7 relatou:

“Parcialmente sim, uma vez que acontece uma interação razoável em sala de aula, mais que está muito distante da realidade que poderíamos testemunhar”. (PR-7).

E a PR-5 complementa:

“Eles são como qualquer outro aluno alguns são bem participativos já outros são mais dispersos e conversam muito aí você tem que chamar atenção deles e retomar a aula em seguida o que na minha visão é normal até pela faixa etária dos mesmos”. (PR-5).

Pode se observar pela resposta dos professores que essa relação é uma relação idêntica a que se tem com os alunos ditos “normais”, porém com dificuldades mais complexas, pois como a melhoria educacional não depende apenas deles mais de toda a sociedade essa realidade está longe de ser superada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inclusão escolar é de extrema importância para toda sociedade, pois uma educação que se preocupa com o respeito à diversidade pode colaborar com a formação de sujeitos diferenciados e não dispostos ao preconceito. Com isso para que uma escola se torna inclusiva tem que contar com a participação de todos: professores, funcionários, familiares e a própria comunidade. Deve-se programar para implantar as adequações necessárias, para garantir aos alunos com deficiência uma aprendizagem de qualidade.

Diante disso o presente trabalho buscou avaliar as concepções de professores, funcionários e educandos sobre a Educação Inclusiva analisando o processo de inclusão de alunos com deficiência visual em uma escola de ensino regular na cidade de Campina Grande-PB, na qual constatamos que ainda a muito que fazer para que a inclusão se consolide.

Assim os resultados obtidos nesse trabalho nos permitiram responder algumas questões que apareceram no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, foi possível verificar as concepções da comunidade escolar estudada a respeito dos conceitos e impressões sobre inclusão e escola inclusiva; verificar o que a comunidade escolar em questão entende por inclusão; verificar se educadores tiveram capacitação para conviver e trabalhar com os alunos com necessidades visuais; saber quais as condições físicas da escola e os problemas relativos a inclusão possibilitando evidenciar os problemas encontrados pelos deficientes visuais no espaço educacional estudado.

É fato que existem muitas dificuldades na construção da escola inclusiva, mas podem ser vencidas através de um trabalho de conscientização no âmbito educacional como todo. A escola precisa mudar, considerando o potencial e interesse de seus alunos individualmente, principalmente no que se refere às deficiências.

O ponto de partida a construção da escola inclusiva é a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, que permita programar um sistema educativo de acordo com a sua realidade, sendo um instrumento definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender o que será feito porque, observando, para que e como será feito. Além disso é preciso que o educador se envolva nesse processo de mudança confiante na sua capacidade de transformar a educação em meio ao um processo de ensino/aprendizagem inclusivo.

Mesmo observando que as atitudes estão mudando no âmbito escolar em relação ao atendimento de pessoas com deficiência nas escolas regulares, podemos ainda observar um trabalho incipiente. Muitos dos profissionais da educação que estudam, fazem capacitações se informam mais ainda falta uma contribuição de extrema importância para que esse processo de inclusão se torne uma realidade constante na educação do nosso país. É necessário ainda investir na estrutura física e implementar políticas públicas que dê condições de capacitação aos professores preparando-os para trabalhar com a diversidade.

A partir dos dados obtidos nessa pesquisa foi possível estabelecer um diagnóstico bastante nítido da escola estudada em relação à inclusão. Isso nos permitiu conhecer a realidade da instituição educacional em questão mostrando caminhos que possam levar a implementação de um processo inclusivo construído em uma base sólida e que vise ao acesso e permanência de todos com a garantia de uma educação de qualidade para acolher as pessoas de necessidades visuais. O que pudemos constatar é que nesta escola, a inclusão está longe de ser consolidada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

BUENO, José Geraldo Silveira. **A produção social da identidade do anormal**. In: FREITAS, M. C. (Org.). História social da infância. São Paulo: Cortez, 2001.

BUENO, J.G.S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa de educação especial? In: BUENO, J.G.S.; MENDES, G.M.L.; SNTOS, R.A. (Orgs.) Deficiência e Escolarização: novas perspectivas de análise. Brasília, DF: CAPES, 2008. P. 43-63.

CARVALHO, E. N. S. **Adaptações curriculares: uma necessidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. Salto para o Futuro:

educação Especial: tendências atuais. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999, p-52.

COIMBRA, Ivanê. A inclusão do Portador de Deficiência na Escola Regular. EDUFBA, Salvador, 2003.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

SILVA, Pedro Jorge de Melo (Org.). **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. 2. ed. Ministério Público. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 7-10 de junho, 1994.

ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
ALUNO: RILDO DE OLIVEIRA FERNANDES**

**QUESTIONARIO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL
PROFESSORES**

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Formação Profissional: _____ **Idade:** _____

Tempo de Magistério: _____

QUESTÕES

1. Fale o que você entende sobre inclusão?

2. Você foi previamente informado pela escola que teria um aluno deficiente visual em algumas de suas turmas?

3. Se sim a prévia dessa informação foi importante para o planejamento de suas aulas e se não prejudicou seu planejamento de alguma forma?

4. Você recebeu algum material adaptado para utilizar em sala de aula com o aluno deficiente visual?

5. Fora o material em braille você conhece algum outro material disponível para desenvolver suas atividade em sala de aula com o aluno deficiente visual?

6. Quais são as dificuldades encontradas para ministrar aulas para o aluno deficiente visual?

7. Como você planeja sua aula para atender todos os alunos indistintamente?

8. O aluno deficiente visual contribui para que as aulas e as atividades alcancem os seus respectivos objetivos? Sim () Não () Porque?

9. De que maneira são feitas as avaliações para o aluno deficiente visual?

10. Em sua opinião, você conseguiu incluir o aluno cego na sua proposta de ensino?

11. Você fez alguma formação para saber adaptar as práticas educacionais para alunos com deficiência visual? _____

12. Que tipo de deficiência visual seu aluno tem?

() perda total () baixa visão

13. A escola oferecer apoio e orientação para atender adequadamente o aluno com deficiência visual? Como? _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
ALUNO: RILDO DE OLIVEIRA FERNANDES**

**QUESTIONARIO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL
GESTORES**

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Formação Profissional: _____ **Idade:** _____

Tempo de Magistério: _____

QUESTÕES

1. Quantos alunos deficientes visuais tem matriculados na escola?

2. Ao matricular esses alunos, a escola recebeu incentivo ou algum tipo de suporte da parte do estado para atender as necessidades especiais destes alunos?

3. Como a gestão orienta seus professores a lidarem com os alunos que têm deficiência visual?

4. A escola costuma realizar palestras ou eventos voltados para a inclusão escolar?

5. A gestão e os professores recebem alguma orientação da prefeitura a respeito de como proceder com esses alunos?

6. A escola está preparada fisicamente para atender alunos com deficiência visual?

7. Há resistência de professores em relação a matriculas de alunos com deficiência visual? Se sim como a gestão lida com essa resistência?

8. Como a gestão orienta seus professores a lidarem com alunos portadores de deficiência visual?

9. Quais as facilidades e dificuldades para atender um aluno com deficiência visual?

10. A instituição oferece material didático voltado para os alunos com deficiência visual?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
ALUNO: RILDO DE OLIVEIRA FERNANDES**

QUESTIONARIO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

ALUNOS DV

QUESTÕES

1. O que você entende por inclusão?

2. Você se senti incluído no ambiente escolar que estuda?

3. Vocês receberam algum material adaptado da escola?

4. Como é a relação de vocês com os professores dentro do ambiente escolar?

5. Como é a relação de vocês com os colegas videntes no ambiente escolar?

6. Você senti ou já sentiu algum preconceito por parte dos colegas ou professores?

7. Você acha que as aulas ministradas pelos professores inclui vocês dentro do processo de ensino/aprendizagem ou deixa a desejar?

8. Você acha a infraestrutura da escola de ensino regular esta adequada para receber pessoas com necessidades especiais?

9. A escola disponibiliza de profissionais para auxiliar vocês nas atividades em sala de aula?

10. O que você acha dos critérios de avaliação adotado pela escola?
